

Na abertura do XVI Encontro dos MPs dos países de língua portuguesa, a PGR destacou a necessidade de atuação conjunta para enfrentar crimes transnacionais

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, destacou, neste sábado (24), que os Ministérios Públicos dos países de língua portuguesa devem concentrar esforços para atuar de forma conjunta no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas. "As descobertas da Operação Lava Jato, por exemplo, e de tantas outras frentes de investigação não deixam dúvidas da atuação global de organizações criminosas. Como consequência, essa constatação nos impõe a obrigação de aprimorar os instrumentos de investigação", afirmou, na abertura do XVI Encontro de Procuradores Gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O evento reúne, em Brasília, procuradores-gerais da República de oito países integrantes do grupo - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste - além de Macau, que participa como membro observador. O objetivo é fortalecer a cooperação jurídica e a atuação conjunta no combate a crimes transnacionais, além de compartilhar boas práticas nos temas de interesse comum.

Ao abrir o encontro, a PGR ressaltou que a corrupção, a lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas são crimes de alcance global que afetam todos os países de língua portuguesa. Ela lembrou que os crimes transnacionais têm crescido nos últimos anos, em grande parte, como resultado dos avanços tecnológicos e da globalização, o que exige das autoridades aprimorar os instrumentos de investigação. "Precisamos nos debruçar sobre esses temas, avaliando a melhor forma de compartilhar informações, experiências e outros elementos que possam garantir a efetividade no enfrentamento a crimes que destroem famílias, dilapidam o patrimônio público e reduzem a credibilidade de nossas instituições", afirmou.

Nesse esforço, Raquel Dodge destacou que a cooperação jurídica internacional é ferramenta chave para barrar a remessa ao exterior de recursos obtidos ilícitamente nos esquemas de corrupção e impedir o envio de grande volume de drogas para diversos países. "Estamos certos de que, atuando de forma conjunta, podemos instituir e levar adiante investigações sólidas que culminem na punição dos responsáveis e na recuperação dos danos causados pelos crimes praticados", concluiu.

Intercâmbio - Durante todo o dia, os procuradores-gerais vão definir estratégias de combate à corrupção e crimes cibernéticos, para fortalecer o uso de provas digitais, assim como a criação de uma rede antidrogas na CPLP. Os procuradores-gerais de Moçambique e São Tomé e Príncipe, Beatriz Buchili e Inald Kelve de Carvalho, destacaram, na abertura do evento, a importância da criação dessa rede para enfrentar o tráfico internacional de drogas, que é um problema em comum nos países do grupo.

O crescimento dos crimes praticados a partir do uso de novas tecnologias foi outro fator de preocupação manifestado pelos representantes da CPLP. Para a PGR de Portugal, Lucília Gago, que atualmente exerce o cargo de secretariado permanente do Encontro, a cooperação e o intercâmbio de experiências são fundamentais para o enfrentamento de problemas comuns.

Legismap Roncarati

Raquel Dodge destaca importância da cooperação internacional para o combate à corrupção e ao tráfico de drogas

Em vídeo, a secretária executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, que não pôde comparecer ao encontro no Brasil, também lembrou que as novas tecnologias conferiram maior alcance e complexidade aos crimes transnacionais, o que requer um esforço conjunto dos países na criação de novos mecanismos de enfrentamento às organizações criminosas. “Esse fórum é um palco privilegiado para fortalecer o relacionamento e o diálogo entre os MPs, peças chaves para o combate à criminalidade”, acrescentou o PGR de Angola, Hélder Gróz.

Como exemplo da importância da atuação conjunta entre os países da comunidade, o procurador-geral de Guiné-Bissau, Bacar Biai, lembrou o apoio dado pelos Ministérios Públicos de Brasil e Portugal na capacitação de procuradores do país africano e na reestruturação do MP guineense. Já o PGR do Timor Leste, José da Costa Ximenes, o procurador-geral adjunto de Cabo Verde, Franklin Afonso Furtado, e a delegada do procurador de Macau I Sut Ho reiteraram o compromisso dos MPs de seus países em cooperar para o fortalecimento dessa integração no tratamento de temas de interesse comum a toda a comunidade.

Lava Jato - Na manhã deste sábado (24), os integrantes da CPLP puderam conhecer as ferramentas utilizadas pela Operação Lava Jato e a importância da cooperação internacional para seus resultados. Desde que a investigação teve início, em 2014, o Brasil recebeu 279 pedidos de auxílio jurídico provenientes de 36 países. Além disso, enviou 269 requisições a 45 países, para subsidiar as investigações, o que incluiu pedidos de compartilhamento de provas, informações bancárias, entre outras diligências. “A cooperação é instrumento fundamental para o combate aos crimes transnacionais, sobretudo a corrupção”, afirmou a secretária de Cooperação Internacional da PGR no Brasil, Cristina Romanó.

Membro do Grupo de Trabalho da Lava Jato da PGR, o procurador da República Alessandro Fernandes também ressaltou o papel da cooperação com outros países no sucesso da operação. Desde que a Lava Jato teve início, 168 denúncias contra 789 pessoas foram levadas ao Poder Judiciário. Apenas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o MPF apresentou 40 denúncias contra 156 pessoas.

[Veja as fotos do encontro.](#)

Fonte: Procuradoria-Geral da República, em 24.11.2018.